

[Este trabalho é umha segunda edição (primeira em Internet), revista polo autor, do original publicado na Agália, n.º 32, pp. 513-524]

## GALIZA E PORTUGAL: UMHA OU DUAS NAÇONS?

*José Manuel Barbosa*

E dende Lisboa non se vé nin se sinte a necesidade de Galiza, porque tampouco está ali o berce de Portugal. (Livro III, Cap. XVIII, pp. 335-336 do **Sempre en Galiza** de Castelao, 3º edição, 1980. AKAL editora)

Os galegos non aspiramos a confundir politicamente a Nosa Terra co Portugal rexido desde Lisboa... (Livro III, Cap. XIX, p. 343 do **Sempre em Galiza** de Castelao, 3º edição, 1980. AKAL editora).

\* \* \*

Desde fins do século XVIII até hoje surgiu e medrou, mais ou menos lentamente um sentimento de amor a Galiza por parte de alguns galegos que se deu em chamar galeguismo. Esse galeguismo passou por diferentes fases até chegarmos à mais evoluida que é o nacionalismo, do qual som representantes Castelao, Bóveda, Viqueira, Carvalho Calero e outros. Essa fase do galeguismo chamada nacionalismo surgiu oficialmente nos começos do século XX, considerando a Galiza como umha naçom com umhas características que a definiam e definen como tal entre as que se achava e acha a língua, peça chave -mas nom a única- da luta pola soberania da personalidade própria em contra do imperialismo castelhano-espanhol. Todo o mundo sabia e sabe que existe a Galiza com um idioma chamado galego, mas ainda hoje muitos dos nossos compatriotas nom sabem exactamente que é galego e o que nom é. Outros nom o querem saber. Nom o tenhem mui claro que é Galiza e simplemente ficam na visom curta que nos dá Espanha, de conceber o nosso país como “una comunidad autónoma de la nación española”, com umha fala até certo ponto diferente da castelhana e também diferente do português, pois utilizam “Ñ”, “LL”, e outros sinais tipicamente espanhóis.

Recentemente temem saído trabalhos em que partindo de que na Galiza se fala português a Nossa Terra deveria unificar-se com a nação que fica no Sul, conformando umha única nacionalidade baseada na comunidade de língua. Nós, como observadores da realidade gostaríamos de contribuir com a nossa visom particular ao conceito de Galiza de pontos de vista históricos e lingüísticos.

\* \* \*

Ao conjunto de territórios habitados originariamente por povos celtas ou celtizados do Noroeste da Península Ibérica, e conquistados polos romanos, fixando como limites móveis e imprecisos no transcorrer da história o Douro no Sul, o Cantábrico no Norte e o Esla -ao princípio- ou territórios muito mais orientais polo Leste deu-se-lhe em chamar **Gallaecia**.

Os romanos dividírom a Península Ibérica num começo em duas províncias: a Ulterior e a Citerior, ficando o território galaico dentro da segunda com a finalidade de concentrar baixo a autoridade Consular a todas as terras inseguras cujo governo exigia um regime de força para evitar levantamentos e revoltas. Mais tarde à Citerior chamaria-se-lhe província “Tarraconense” por ser a cidade de Tarraco a capitalidade administrativa e desde onde partiam as ordens e o governo<sup>1</sup>.

Aqui já Tibério tinha o que logo será a “Província **Gallaecia**”<sup>2</sup> que nom há que confundir com a Galiza “própria” entendendo por isso a região natural conformada pelas suas terras, montanhas, clima, produções e caracteres dos seus habitantes tanto do ponto de vista racial como político-social, pois neste sentido os romanos delimitárom-na claramente e compreendérom sob a denominação de Galiza às terras ao Norte do Douro e ao Oeste do Návía<sup>3</sup>.

“O primeiro desembarque de tropas romanas na Península deu-se em 219 a.C. O quadro de povoamento que os romanos vieram encontrar seria aproximadamente o seguinte: para Norte do Douro viviam os Calaicos, uma palavra relacionada com Keltikoi, nome que os romanos davam aos celtas e que veio a dar o termo galegos. Entre o Douro e o Tejo mas alastrando muito para além da nossa actual fronteira, habitavam os Lusitanos, que os romanos descreviam como um ramo dos celtíberos, isto é, como um povo que resultara da fusão de Celtas e Íberos, Não sabemos se eram Celtas já muito contaminados pela cultura ibera (...), se de íberos já muito absorvidos pela cultura superior dos Celtas. A primeira hipótese e a mais provável (...)<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Casimiro Torres: *La Galicia romana*. Ed. Pedro Barrie de la Maza, 1982, pp.105.

<sup>2</sup> Estrabom: *Geografia*, III, 4, 20 e Plínio Segundo, Caio: *Naturalis Historia*, III, 18.

<sup>3</sup> Casimiro Torres: *Op. Cit.*, pp IV, pp. 112-113 e Plínio Segundo, Caio: *Op. Cit.*, pp IV, pp. 112-113

<sup>4</sup> Hermano Saraiva, José: *História de Portugal*, Colecção Saber Publicações Europa-América, 13 edição, 1989, pp. 22.

No ano 241 d.C. Caracalla xebrou as regions naturais da Galiza e Astúrias, mais Cantábria da Tarraconense criando a “Hispania Nova Citerior Antoniniana”<sup>5</sup>, que logo na época de Diocleciano receberia o nome de “Província **Gallaecia**”<sup>6</sup>. Lembremos que o Imperador Teodósio nasceu em Cauca, actual Coca em território da actual província de Segóvia e o Imperador era considerado como galaico<sup>7</sup>, assim como o velho topónimo de “Campus **Gallaeciae**” correspondente à actual “Terra de Campos” em Palência<sup>8</sup>.

Esta divisom saíu das necessidades administrativas dos romanos como algo mais ou menos artificial fruto de imperialismo latino.

Com a queda de Roma e a assumpçom dos suevos, a **Gallaecia** consolidou-se no território de entre o Tejo e Cantábrico por um lado e o Atlántico e o Conventus Cluniacense polo outro, embora as regions conquistadas chegassem incluso à Bética e ao Mediterráneo até que os visigodos figérom dela umha simples província com os limites postos entre o Douro e o Cantábrico por um lado e o Atlántico e a Meseta polo outro<sup>9</sup>. A invasom dos Árabes e a reconquista clarificou bastante os contornos da Galiza polo Leste, pois os Castelhanos serám considerados deste ponto como *nom-galegos* ao terem reino e língua ou proto-língua distinta de nós. Embora isto tenha sido assim, os mussulmanos chamavam-lhes indiscriminadamente galegos aos cristaos de ocidente, forem astures, cántabro-castelhanos ou da Galiza compostelana, todos eles incluídos na mal-chamada Coroa de Astúrias<sup>10</sup>. Os galegos, umha vez conformado o Reino de Leom, seriam agora os habitantes do Reino da Galiza, que acolhia polo Leste zonas que chegavam ao Návía, parte do Berço, a Seavra ocidental e todo o actual Tras-os-Montes; polo Sul incluía-se os territórios até o Mondego.

As luitas internas entre reinos cristaos e as suas constantes agressõs, assim como os seus problemas de sucessõs, marcárom a tónica da Idade Média que trouxe ao Reino da Galiza umha partiçom que o dividiu em dous: ao Sul do Minho o chamado desde pouco antes Portugal que acolhia a maior parte da Galiza Bracarense mais o novo território recém conquistado de Coimbra, e ao Norte o território que vai conservar o nome originário de Galiza e que unido a Leom vai lutar pola hegemonia competindo com Castela e expansionando-se pola Lusitânia oriental até a Estremadura. Mas foi antes da partiçom quando o termo “Galiza” começou a soar referido unicamente ao país ao Norte do Minho.

“regnante in Galletie et in extrema Minii et in extrema Dorii Ordonius Rex Aldefonsi filius”<sup>11</sup>

<sup>5</sup> Sánchez Albornoz, Claudio: “Divisiones tribales y administración del solar del reino de Asturias”, *Boletín de la Academia de la Historia*, XCV, 1929, pp. 381, nota 2 e Casimiro Torres: *Op. Cit.*, pp. 106

<sup>6</sup> Casimiro Torres: *Op. Cit.*, pp. 107

<sup>7</sup> Casimiro Torres: *Op. Cit.*, pp. 253

<sup>8</sup> Casimiro Torres: *La Galicia Sueva*, Ed. Pedro Barrié de la Maza. Crunha, 1977, pp. 6

<sup>9</sup> Casimiro Torres: *La Galicia Sueva*, pp. 6

<sup>10</sup> González López, Emilio: *Grandeza e decadencia do reino de Galicia*. Ed. Galaxia, 1978, pp. 74

<sup>11</sup> Privilégio da Sé de Braga referido por Frey António Brandão na “Monarquia Lusitana” III, pp. 177.

É de 938 o primeiro documento no qual o termo “Portugal” aparece com o sentido do país ao Sul do Minho<sup>12</sup>. Confirmando este facto, um documento do 959 que contém o termo “Galiza” como a zona Norte do Minho<sup>13</sup>.

As actas do Concílio de Corança celebrado em 1050 diferenciam já Portugal e Galiza:

“...mandamus ut in Legione et in suis terminis, in Galecie, et in Asturiis, et in Portucale, tale sit semper iudicium...”<sup>14</sup>

Temos que salientar que neste último texto som nomeados os territórios que conformavam o Reino, ou melhor, Coroa de Galiza-Leom e que os cronistas castelhanos se empenham em denominar Reino de Leom, de forma parcial e injusta.

Acrescentamos também que se evidencia o facto de umha vez quebrado o território polo Minho, a zona Norte tivo posteriormente reis que se denominárom da Galiza e os reis ao Sul do Minho, desde Afonso Henriques que se denominarom de Portugal<sup>15</sup>. Este mesmo, primeiro rei dum Portugal independente, era para os mussulmanos um díscolo galego.

Chegados aqui, temos posto o problema. É o território de Entre Douro e Minho parte da Naçom que denominamos Galiza ou nom, da mesma forma que os territórios destalhados em 1833 polo Leste -o Návia, o Berço e a Seavra- sabemos que si o som?<sup>16</sup>

A isto diremos que percebemos com a regiom de Entre Douro e Minho ou Bracarense umhas semelhanças e similitudes com respeito a origem étnica, antropológica, as condiçoms físicas de entorno e inlcuso polo idioma comum que nos levam a assumir certas características conformadoras da nacionalidade galega, que provenhem já da época romana e pré-romana:

“O facto de o distrito bracarense não se incluir na província da Lusitânia traduzia provavelmente a diferenciação étnica dos povos. Ambos os factores -diferenciação étnica e diferente grau da acção romana- tem sido argumentados para justificar as diferenças culturais que ainda hoje, sob muitos aspectos se observam entre as populações do Norte e do Sul de Portugal”<sup>17</sup>.

<sup>12</sup> Citado por Paulo Merea em “Mais alguma palavra sobre Portugal”, separata da *Revista da Fac. de Direito de Lisboa*, vol. de 1937, pp. 14-15.

<sup>13</sup> Obsevaçom de Leite de Vasconcelos em *Etnografia Portuguesa*, II, pp. 218.

<sup>14</sup> Ribeiro: “Dissertações chronológicas”. IV, 1º, 28, nota 1.

<sup>15</sup> González López, Emilio: *Op. Cit.*, Capit. XXXIII-XXXVIII

<sup>16</sup> Barreiro Fernández, X. Ramón: *História política. Séculos XIX-XX*. Ed.Gamma, tomo IV. Crunha, 1984, pp. 87.

Carvalho Calero, Ricardo: *Do galego e da Galiza*. Ed.Sotelo Blanco, 1990, pp. 39

<sup>17</sup> Hermano Saraiva, José: *Op. Cit.*, pp. 27.

Mas também achamos diferenças criadas por séculos de vida afastada entre nós, originada pola açom, às vezes violenta, exercida polos séculos, a história, e os interesses políticos e nacionais castelhanos e lisboetas contra aquela integridade da Galiza histórica.

Isto leva-nos a pensar que depois de séculos de unidade política e administrativa de Portugal, mais lusitano do que galaico do ponto de vista étnico, económico e também cultural -embora nom lingüístico- fai que a região de Bracara esteja, cremos, logicamente lusitanizada, com características próprias do Além-Douro mas conservando outras originariamente galaicas.

Temos pois duas zonas no Estado português actual: a região Norte, galaica lusitanizada, e a zona para além do Douro, nom galaica mas com elementos próprios da zona Norte, originados pola açom da expansão nortenha. Por isso cremos que a diferença básica entre a Galiza de hoje e o Portugal do Norte está em que nós somos galaicos colonizados pola nacionalidade castelhana-espanhola e eles som galaicos contaminados polo elemento lusitano, mas menos conscientes do que nós da alheação.

Podemos crer que de levarmos umha política des-espanholizadora e eles des-lusitanizadora teríamos dado um passo bem importante para um possível re-encontro cultural.

Chegados aqui vemos como o Reino da Galiza foi quebrado em dous pedaços (alguns, de aprofundarmos mais diríamos que foi quebrado em três, tantos como Conventos romanos), dos quais surgírom dous entes diferenciados, podendo-se explicar este facto do mesmo feito que o acontecido com a velha nação viquinga, una durante a etapa mais primitiva da Alta Idade Média, mas que por circunstâncias históricas e políticas está hoje dividida em vários territórios com a sua personalidade política: Islândia, Noruega, Faeroe, Dinamarca...

Entom:

1- A Galiza como ente político e administrativo, (embora nom étnico nem nacional) nasceu fruto dum acto imperialista, o romano; logo para nós esta é a história que conta, porque aceitamos a existência do Nosso País.

2- O reino medieval da Galiza sofreu outro acto violento, conseqüência do qual nasceu Portugal independente e a Galiza entendida como a zona ao Norte do Minho e ao Leste das Astúrias e Leom.

3- Poderíamos conceber o imperialismo romano que nos deu vida e nos fizo entrar na história, mas nom o acto violento que nos dividiu, o primeiro por conotações positivas - Roma reconheceu-nos como povo diferente- e o segundo por todo o contrário -a divisão da Galiza quebrou a unidade natural dos galaicos-.

Colhendo esta última ideia e supondo que consideramos a Galiza um país que vai para além do Minho, chegamos a conclusom de que historicamente o Douro marca a fronteira. Portanto a Galiza poderia acabar no Douro, mas quiçá nom ir mais longe e entrar em território lusitano por ser este um país nom possuidor das características que conformam

a nacionalidade galega, por muito que ali se fale o nosso idioma. Esse território foi conquistado por galegos, colonizado lingüísticamente polo galego, mas povoado originariamente por outra étnia nom galaica a que lhe vemos diferenças, culturais, históricas, de origem, climáticas, orográficas, mesmo religiosas em tempos, e a realidade vem demonstrar que podem existir territórios vários com o mesmo idioma comum, como por exemplo Croácia, Bósnia e Sérvia, ou Áustria e Alemanha, ou Cuba e Argentina... Assim por muito que Sérvia, Bósnia e Croácia conformassem um único Estado durante algum tempo, o sentimento nacionalista e de diferença vive e seguem sem se considerarem um único povo, embora por razons obvias nom compartilhemos aquilo que os leva ao confronto, ao ódio étnico e à guerra, algo indesejável em qualquer caso, mas ainda mais entre povos irmaos. Ora bem, de se levar umha política unificadora, esta seria muito mais efectiva por serem o Servio e o Croata duas variantes dum mesmo idioma.

Umha vez aqui vemos que:

A region bracarense, o Portugal originário, prolongou-se por toda a Lusitânia até o Algarve, levando parte da sua caracterologia nacional, mas nom impondo-se totalmente a certas características tipicamente lusitano-moçarábigas que também entrárom no Norte bracarense português. Esta region, originariamente berço de Portugal, com caracterologia galega e também com traças comuns as regions que ficam ao Sul é zona de transiçom entre a Galiza compostelana (ou Galiza espanhola) e a Lusitânia.

Logo:

1- A Galiza histórica é unificável  
2- A region bracarense é unificável -e está unificada políticamente de facto- com a Lusitânia.

3- A Galiza e a Lusitânia, a nosso ver, nom constituem a mesma unidade nacional, nem estritamente o mesmo povo, ainda que falem a mesma língua. Portanto, qualquer uniom política entre elas poderia nom resultar tam natural como a unificação da Galiza histórica. Umha hipotética unidade galaico-lusitana, de toda a Galiza, do Douro ao Cantábrico, e da Lusitânia de fala galego-portuguesa deveria resultar dumha vontade e dumha decissom livre por ambas as partes, e mesmo poderia ser positiva para todo o ocidente peninsular galego-português, mas nom seria tam indiscutível como a reivindicaçom da unidade pan-galaica.

4- Corresponderia-lhe ao território bracarense decidir e escolher, umha vez bem informado, entre a sua origem -A Galiza- ou o território ao qual esta unido políticamente desde há séculos, tendo em conta que possuem traços nacionais comuns com a primeira e inércia histórica que favorece a última escolha. Haveria umha terceira via, que seria a conformaçom dumha bi-naçom galaico-lusitana ou portugalega que seria possível depois conscientizar nacionalmente a lusitanos, galaicos bracarenses e galegos do norte.

Se buscarmos na história o tempo que a region bracarense foi galega e o tempo que foi entidade política diferente, percebemos que desde a pre-história e proto-história a zona

ao Norte do Douro compartilhou-no praticamente todo com a actual Galiza compostelana. Do ponto de vista legal e político vemos que desde o século III d. C. quando Caracalla criou a província da **Gallaecia** até a sua ruptura e criação de Portugal no século XI vam oitocentos anos aproximadamente e desde aquela a hoje vam novecentos. Há entom umha certa consolidação histórica por um lado em favor da unidade galaica e por outro que a caracterologia nacional galega se fai em muitos casos e em grande medida entre os séculos XI e XV assim como a portuguesa se evidencia depois dessa época e mais do Renascimento. Com outras palavras, depois de muitissimos séculos de unidade, só desde o século XI, e se nos apurarmos, desde épocas muito mais recentes estão as duas Galizas separadas.

Uns exemplos de circunstâncias históricas conformadoras da personalidade galega (do Norte) face à portuguesa é a que lhe dá ao Nosso País a era Compostelana nos tempos de Gelmirez; os reinados de Fernando II e Afonso IX de Galiza que levam o título de Imperadores da Galiza, sendo este território um Estado, contra o que muitos crem, dentro do qual se achavam outros territórios como o de astúrias, Leom, Samora, os velhos “Campus Gallaeciae” ou “Terra de Campos” e mesmo terras da actual Estremadura espanhola. Assim o que se deu em chamar na história da Espanha o Reino de Leom, nom era mais do que um Estado galego independente com todos esses territórios antes nomeados incluídos, correspondendo-lhe à actual Galiza espanhola o protagonismo político, cultural, lingüístico e de todo tipo<sup>18</sup>. O posterior imperialismo castelhano-espanhol prefere chamar-lhe Reino de Leom por razons obvias de nacionalismo castelhano expansionista face à perigosa conceptualização favorável à consideração da Galiza como reino independente e imperial até.

Mais exemplos caracterizadores da personalidade galega (do Norte) face à portuguesa, som as revoltas comunais dos séculos XII, XIII, XIV, o cisma compostelano no século XIII, e sobretudo as revoluções irmandinhas e as últimas tentativas de certa nobreza galega de safar da dependência de Castela embora tenha acontecido nom por nengumha razom patriótica mas por egoismos nobiliários<sup>19</sup>. Há que contrapor a todo isto as tentativas portuguesas de recuperar a Galiza Norte durante toda a Idade Média, mesmo até o facto de o primeiro rei Fernando de Portugal ter chegado à Crunha e ter-se nomeado rei legítimo da Galiza Norte com o apoio de nom poucos galegos.

Também, toda a Idade Média e Moderna som também conformadoras da personalidade portuguesa na que é protagonista a dinastia de Borgonha primeiro, a de Avis, mais tarde, a aventura ultramarina, o império colonial, a guerra da independência contra a Espanha que lhe serviu à esta para consolidar a Galiza dentro do seu Estado e reafirmar a Portugal na sua vontade de esquecer à Galiza e vê-la como espanhola.

<sup>18</sup> González López, Emilio: *Op. Cit.*, cap. XLIV-LIII.

<sup>19</sup> Carballo Francisco, López Carreira, A., e outros: *História de Galiza*. Ed.A Nosa Terra, 1991, pp. 111-112.

E aqui chegamos à conclusom de que a história é um elemento essencial a ter em conta como conformador de comunidade nacionais ou destrutor das mesmas.

Que nada é irreversível? Certamente. Os judeus, por exemplo Fôrom capazes depois de quase 2000 anos de re-apropriarem-se da Palestina, mas a historia também dá certa razom aos palestinos. E nom pouca, por certo.

A Galiza pode incluir a regiom bracarense como também pode esta última estar unida com todo o direito a Lusitânia, mas um galego celta ou celtizado, romanizado, germanizado e cristianizado, nada tem a ver com um lusitano da Estremadura ou um algarvio, muito mais romanizado, islamizado ou moçarabizado e recristianizado por muito que fale o idioma dos galegos, como nada tem a ver um castelhano-espanhol de Burgos com um índio mexicano por muito que falem ambos os dous o espanhol. Cremos que o único que poderia unir à Galiza com a Lusitânia é a língua, mas como diz Oliveira Martins: “...e nem sempre a língua denuncia a estirpe”<sup>20</sup>.

Com respeito à Espanha existe umha forte diferença, mas entre a Galiza e a Lusitânia existe umha distinçom menor por termos um idioma comum, mas essa variável lingüística nom é concluinte para considerarmos a Galiza e Portugal umha naçom única, embora sim reconheçamos que todo o território do ocidente peninsular abrange um projecto nacional comum, da mesma forma do que Austrália pertence ao projecto nacional inglês, ou Quebeque ao projecto nacional francês... De sermos um Estado unitário único sob governo de Lisboa, quer dizer, de incorporarmo-nos ao território português actual a desvantagem galego-compostelana seria grande, a assimilaçom seria muito mais fácil e é difícil pensar que numha uniom política entre ambos os territórios nom se impugesse o carácter mediterrâneo de quem possuiu um Estado independente durante séculos face o carácter originariamente centro-europeu de quem nom o possui, e assim por muito galego que falássemos veríamos o nosso centro de gravidade deslocado para Sul, deixando entrada ao elemento lusitano o qual já está presente na Galiza bracarense.

Podemos dar muitos mais exemplos de países com comunidade lingüística mas nom naçom única, como podem ser os EEUU e a Inglaterra, pois o carácter americano e a sua idiosincrasia casam mui mal com a flegma inglesa. Existe umha diferença nacional que é a que marca a distância, e há só três séculos a Nova-Inglaterra era parte do Reino Unido assim como os seus habitantes anglo-saxons descendentes de gentes da Gram-Bretanha. Se se me quer argumentar que son dous Estados independentes e que nom há comparaçom possível com o caso galego-português podemos pôr o exemplo de Turquia, Uzbequistám, Tadjiquistám, Cazaquistám, Quirguistám, Azerbaijám, Turcomenistám... que conformam um “continuum” lingüístico mas som nacionalidades diferentes com consciências nacionais também diferentes<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> Oliveira Martins: História de Portugal I. Publicações Europa-América 2ª Edição, 1989, pp 27.

<sup>21</sup> Yvo Peeters: Poder, Ideologia e Língua. Língua e identidade. Ed.Agal, 1991, pp. 48.



Bósnia, Croácia e Sérvia, três nacionalidades com um só idioma que não podem ser consideradas nação única, por muita Jugoslávia que as unisse artificialmente neste século XX. Sérvia de tradição greco-bizantina mas de etnia eslava; Bósnia, também eslava e que originariamente conformava a etnia comum aos outros povos sul-eslavos, mas nação, devido à imprecisa turco-mussulmana, a única nacionalidade islâmica junco com a Albânia que existe na Europa, sem contar as minorias turcas dos Balcãs ou a Turquia europeia; e por fim Croácia, ocidental, asotro-húngara e católica nascida em época alto-medieval como fronteira oriental do império romano de ocidente, mas logo ocupada pela mesma etnia sul-eslava que originou aos sérvios e aos bósnios-mussulmanos<sup>22</sup>. Originariamente os sul-eslavos foram uma única nação, mas os impérios Austro-Húngaro, Bizantino e Turco aplicados nos diferentes territórios conformou as três nacionalidades inconfundíveis e incompatíveis em muitos casos, mas há que acrescentar que embora a história tenha conformado três povos com uma língua comum, não é o exemplo no que a Galiza se deva ver por razões negativas que os tem levado ao ódio e à guerra.

Porém a história é uma variável a ter em conta, que criou em nós, galegos, pelo que foram -por circunstâncias políticas positivas ou negativas- um sentimento de diferença a respeito da nação dominante e também a respeito de Portugal -ainda sendo diferenças diferentes, (e desculpando o jogo de palavras)- com a qual nos separa entre outras coisas as diferenças em relação ao projecto nacional, pois sendo Portugal originariamente a Galiza livre, hoje não contamos nada para ela mesmo estando tão perto fisicamente, por contraposição a, por exemplo, o Timor. O poder nacionalitário português, a respeito do mundo lusófono, incluída a Galiza, é débil, pouco competitivo e infelizmente muito descuidado com uma cultura que facilmente poderia ser líder no mundo se o compararmos com o mundo francófono, joga a perder a respeito da Espanha, e dá-se por vencida a respeito da Galiza, esquecida e deixada da mão de Deus dentro do imperialismo espanhol. Outros países com menor peso histórico na Europa são mais firmes na recomposição do seu território e da sua língua, por exemplo a Irlanda com o Ulster, Albânia com Kosovo, Hungria com a Transilvânia, Áustria com a minoria germanófona na Itália, Roménia a respeito da Moldávia, Arménia a respeito de Nagorno-Karabaj, etc... por isso o nacionalismo que deve surgir do coração e da inteligência dos galegos deve excluir o sermos espanhóis e o sermos lusitanos, já que quem não defende a distinção da Galiza e a sua idiossincrasia não pode ser chamado nacionalista galego. O nacionalismo galego deve voltar a olhar para Portugal, mas não deve esperar a sua generosidade, porque tal como está constituído o Estado português, a Galiza não conta para nada para Lisboa que em nada tem em conta a História.

---

<sup>22</sup> Franz Georg Maier: *Bizancio*. Ed. Siglo XXI, 1973, pp. 155-171.

\* \* \*

Do ponto de vista lingüístico nom houve nunca na Galiza mente preclara nacionalista que negasse a substancial unidade lingüística da Galiza e de Portugal, pois ambas as naçons se exprimem numha única língua histórica, mal chamada “português”<sup>23</sup>, mas também nom houve na história nengumha mente brilhante que favorecesse a assimilação da variante Norte pola variante do Sul, em todo caso o que si tem havido é a tentativa de unificação ortográfica e morfológica.

As variedades internas actuais entre o galego da Galiza e o galego de Portugal devem-se a circunstâncias históricas que lhe dam personalidade original a cada umha das diferentes falas. Se o Algarve foi colonizado aos moçárabes e neste território falam o galego com umha peculiaridade autóctone, e se o galego do Brasil evoluiu de forma própria até dar umha formosa variante actual americana original a respeito de galego da Lusitânia, os galegos temos o direito e o dever de protegermos a nossa riqueza arcaica e singular incluso na escrita, sempre sem deixarmos de lado a nossa pertença ao mundo lingüístico comum.

O facto de determinarmos o que é galego da Galiza, o que é “castrapo” e o que é outro galego que nom é o da Galiza, é nom só umha arte, mas também atinge ao campo da ciência. É arte porque implica beleza, harmonia, equilíbrio e “savoir faire” -fica excluído portanto o desequilíbrio, o radicalismo, o extremismo e o integrismo lingüístico que desnatura a realidade- e compete à ciência porque implica conhecimento, sabiduria, inteligência, intuição, lógica e discernimento -fica fora, logo, qualquer pressuposto longe do racionalismo-; isto é como buscar no dial a emissora que queremos ouvir e sintonizar exactamente a freqüência que desejamos sem afastarmo-nos umha micra do lugar que queremos.

Por todo isto manifestamos a nossa vontade de falarmos e escrevermos galego correcto, mas falá-lo e escrevê-lo tal qual as características próprias da Galiza, nom o galego do Algarve, nem o galego de Minas Gerais; e assim se no Brasil escrevem, “tranqüilo” pronunciando com “u” e grafando com trema, e em Portugal escrevem “tranquilo” e pronunciam à portuguesa, nós queremos escrever “naçom” e pronunciar à galega, por muito que em Portugal e no Brasil escrevam “nação” e pronunciem segundo a forma galega, lusitana ou as diferentes pronuncias sul-americanas. Também manifestamos o nosso desejo de no futuro confluirmos numha única norma comum galego-luso-brasileira, sem perdermos nunca as nossas variantes léxicas, de morfologia e sintaxe, ou de pronúncia, polo que a forma “nação” seria tam válida como “naçom” e “uma” o mesmo que “umha” o qual nom impossibilitaria a unidade cara os organismo internacionais como a Uniom Europeia.

---

<sup>23</sup> Coseriu Eugenio: «El gallego en la historia y en la actualidad». *Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*. Ed. Agal, 1987, pp. 800.

A norma da “Associação Galega da Língua” sendo galego, é também português. e o facto de que existam formas como as acima citadas nom maleficia a nossa língua comum nem diferencia do português, mais bem fai dele um idioma mais rico e a vez mantém umhas características próprias dentro do mesmo diassistema comum, igual que variedades existem em todos os idiomas cultos do mundo, como por exemplo o Catalám, cujos dialectos convivem harmonicamente sem afectarem à unidade da língua padrom. Assim a existência de formas diferentes para os artigos determinados nas Baleares (*Sa* envez de *La*) nom é motivo de discrepâncias relaticas ao seu uso ou nom porque bem sabem que aí nom está nengum problema.

No espanhol da Argentina a conjugação dos verbos difere bastante da espanhola da península (*Vós tenés*, face *Tu tienes*; *Pasala* face *Pásala*), certos pronomes pessoais som diferentes, a pronúncia o léxico, etc., e que nós conheçamos nom existem hispanistas radicais que propugnem tal grau de uniformidade na língua espanhola ou castelhana que proponham ali o uso da língua tal qual se usa na península Ibérica com formas como “Tú”, “Tienes”, “Coche”, “Coger”, “Habas” “Fresas”, “Vosotros” envez de “Vos”, “Tenés”, “Carro”, “Agarrar”, “Porotos”, “Frutillas”, “Ustedes”, etc.

No inglês, as diferenças dialectais entre as diferentes falas británicas e americanas som numerosas: morfológicas, fonéticas, léxicas... e acontece o mesmo fenómeno entre ambas as variantes do que se passa entre o galego da Galiza e o galego de Portugal.

Do ponto de vista do léxico temos por exemplo:

-Lift (inglês britânico)	-Elevador (inglês americano)	-Elevador (Galego)
-Ribber (I.B.)	-Eraser (I.A.)	-Borracha (G)
-Chemist (I.B.)	-Drugstore (I.A.)	-Farmácia (G)
-Motorway (I.B.)	-Expressway/Highway (I.A.)	-Autoestrada (G)
-Strikebreaker (I.B.)	-Fink (I.A.)	-Quebra-greves (G)
-Tap (I.B.)	-Faucet (I.A.)	-Torneiro/Bilha (G)

Do ponto de vista fonético as diferenças entre o inglês de ambas as margens do Oceano Atlántico som tam consideráveis e tam conhecidas por todos que nom vou entrar nelas.

Do ponto de vista morfológico em inglês acontece algo semelhante ao que acontece com as diferentes falas galegas de aquém e de além Minho pois umha mesma palavra pode ser escrita de diferentes formas, como por exemplo:

-Colour (I.B.)	-Color (I.A.)	-Cor (G)
-Programme (I.B.)	-Program (I.A.)	-Programa (G)
-Epilogue (I.B.)	-Epilog (I.A.)	-Epilogo (G)
-Theatre (I.B.)	-Theater (I.A.)	-Teatro (G)
-Metre (I.B.)	-Meter (I.A.)	-Metro (G)



-Extol (I.B.)            -Extoll (I.A.)            -Louvar (G)  
-Favourite (I.B.)       -Favorite (I.A.)        -Favorito (G)

Todo isto tenta demonstrar que o galego e o chamado português compartilham paralelismo deste tipo, igual que outros idiomas cultos do mundo. Também do ponto de vista léxico, como por exemplo:

-Aginha (G)    -Depressa (P)  
-Nado (G)      -Nascido (P)  
-Lóstrego (G) -Relâmpago (P)  
-Báguas (G)   -Lágrimas (P)

Do ponto de vista fonético (nasais velares intervocálicas, sibilantes interdentais, etc. em galego de Galiza; Sibilantes sonoras em galego de Portugal).

Do ponto de vista morfológico:

-çom/çons (G)        -çã/ções (P)  
-Te/Che (G)            -Te (P)  
-Umha (G)              -Uma (P)

Do ponto de vista ortográfico:

-Çapato (G)            -Sapato (P)  
-Afám (G)              -Afã (P)  
-Ecrám (G)             -Ecrã (P)  
-Ignorância (G)       -Ignorância (P)

A favor de todas estas variações nos manifestamos tanto mais quanto que às vezes a norma galega chega ser mais harmónica com o étimo, como por exemplo:

-Fusil (G)              -Fuzil (P)              Do francês Fusil  
-Gambosinos (G)       -Gambozinos (P)        Do catalám Gambosins

ou mais acorde com a evolução própria do Galego-Português, formas estas que nom violentam a fonética galega à vez que som mais coerentes com as suas origens, como por exemplo:

-Palhasso (G)            -Palhaço (P)            Do italiano Pagliaccio

e formas que no nosso território som ainda mais autoctones do que as formas mais castelhanizadas em Portugal, como por exemplo:

- |                |                               |
|----------------|-------------------------------|
| -Pena (G)      | -Penha (P)                    |
| -Repolo (G)    | -Repolho (P)                  |
| -Canada (G)    | -Canhada (P)                  |
| -Cavaleiro (G) | -Cavalheiro (P) <sup>24</sup> |

Aqui na Galiza existem lusistas que nom admitem o que é normal em qualquer língua: a variante interna que possui toda língua histórica. Julgamos portanto que a norma galega além de nom violentar a unidade lingüística galego-portuguesa, mantém umha variedade dentro da unidade, nom ofensiva para a língua que ajuda a reafirmar os nossos sinais de identidade colectiva e ainda serve como arma reintegradora sabendo a situação de alienação e de colonização psicológica em que se acha o povo do que somos filhos.

Além de todo isto, os grandes vultos, tanto galegos como portugueses defensores da reintegração, eram também defensores da originalidade do galego dentro do diassistema ibero-románico ocidental, tais eram Carvalho Calero ou Rodrigues Lapa que conhecedores da história da nossa língua escreverom inúmeros trabalhos nos quais proclamavam a origem do nosso idioma nos territórios da velha **Gallaecia**, nunca da Lusitânia, polo que chegados aqui manifestmos a nossa crença baseada em dados históricos cientíoficamente demonstrados de que o nome de Lusófonos aplicado a todos aqueles que falamos galego, quer da Galiza, de Portugal, do Brasil ou da África, poderia nom ser de todo exacto. Se algo é inexacto, o dever de todo aquel que tenha aprezo pola verdade é o de corrigi-lo, reformá-lo ou regenerá-lo, por isso cremos que todo galego que tenha orgulho de sê-lo como também de qualquer português, brasileiro, angolano ou timorano que for exacto, que nomee os utentes da nossa língua Galaicofonos ou Galaicoparlantes, ou se me lançam a razom de que fôrom os portugueses os que espalhárom com honra o nosso idioma polo mundo aceitaríamos a forma Galaico-lusofonos ou Galaico-lusoparlantes do mesmo jeito que é justo o nome de galego-português e nom o incompleto de “português embora seja a denominação com que se conhece a fala da Galiza polo mundo adiante. Se somos justos isto deveria ser aceite por todos por fazer honra à verdade aliada do amor à nossa língua comum.

## A MODO DE CONCLUSOM

Toda nação, toda célula de universalidade, deve auto-governar-se a si própria por muita semelhança étnica ou lingüística que tenha com os vizinhos, pois sempre se verá como diferente, e enquanto viva essa diferença impulsará-a a ver-se autónoma e a

<sup>24</sup> Souto Elvira: «Achegas para a unificação». *Agália*, nº 3. Outono, 1985, pp. 329-334.

encontrar-se distinta dos outros. Porém, se essa célula de universalidade morre, a culpa será dos que nom soubérom ou nom quigérom dar-lhe vida.

É completamente certo que o nacionalismo galego nom pode fundamentar-se na ignorância e no esquecimento de todo quanto fôr galego, mas por galego entendemos muitas cousas além do idioma, pois se por isso só entendéssemos a língua, logo até os angolanos e os chineses de Macau seriam os nossos compatriotas, e isso nom é assim. A autêntica forma de regenerar-nos politicamente passa-se necessariamente por recuperar a Galiza Oriental e deixar claro que a região bracarense ou Galiza Sul deveria fazer parte dumha Galiza unificada ou nom, mas nunca o plantejarmo-nos o de sermos absorvidos polo Estado Português.

Castelao, que era um nacionalista galego, nom espanhol, nem lusitano, queria a unidade com Portugal, mas dizer isto fora de contexto é manipular como manipula o imperialismo espanhol. Daniel queria a uniom supra-nacional da Ibéria, o qual incluiria Portugal, mas também Catalunha, Euzkal-Herria e Castela. Hoje, quase no século XXI isso está totalmente obsoleto e superado e a ideia que vive no ambiente é a da unidade europeia, a autêntica unidade europeia, a dos povos e das nações, nom a dos Estados. Hoje queremos a uniom com Portugal, mas também queremos a uniom com a Lapónia, Lituânia, Croácia, Bretanha, Alemanha, Ucrânia, Escócia, e todas as nacionalidades e povos da velha Europa desde o Algarve até os Urais, desde Islândia até Grecia e desde o País dos Samoiedos até Sicília. É o único caminho, o da singularidade dentro da unidade que nos pode levar à umha nova era de irmandade, liberdade, igualdade e fraternidade de todos os humanos.

A história da Galiza nom é a da Lusitânia, nem é a de Castela; e que Portugal exista independente explica-se da mesma forma que se explica a existência duns Estados Unidos independentes da Inglaterra. Assim para a Galiza a existência de Portugal é positiva sempre do ponto de vista lingüístico como defendérom Rodrigues Lapa, Guerra da Cal e Carvalho Calero, pois fai que o nosso idioma tenha umha presença real em organismos internacionais e concretamente europeus, vantagem com a que nom contam os cataláns, bascos, ocitanos, bretons e outras nações sem Estado da Europa. Contodo em assuntos da língua nom devem intervir problemas alheios à mesma, ainda que de facto nom é assim, como por exemplo interesses políticos, por isso que o as falas galegas e as portuguesas sejam umha mesma língua é um facto cientificamente demonstrável, mas que em questons de história som os assuntos políticos os que prevalecem. Vemos portanto que a política é a que fai a história e esta é a que cria ou destrói nações.

De todos os jeitos as relações políticas ideais entre os dous territórios nacionais do ocidente peninsular seriam assunto para um livro, ou melhor, para umha colecção de livros sobre teoria de conformação nacionalitária. Do nosso ponto de vista reconhecemos no Norte umha Nação chamada Galiza, herdeira da velha **Gallaecia** histórica criada polo Império Romano sobre base céltica ou celtizada que ocuparia do rio Douro para Norte até o mar Cantábrico. No Sul reconhecemos outro território que chamaremos Lusitânia, embora



só corresponda à Lusitânia ocidental romana, já que a oriental pertence ao actual Estado Espanhol fazendo parte das actuais regions de Castela-Leom, Castela a Mancha e Estremadura, onde ficaria a capital histórica romana: Mérida. Esta Lusitânia foi zona de expansom galaica durante a Idade Média até o ponto que a sua língua é a originária da Galiza, portanto, zona na que os interesses nacionais galegos som claros mas com caracterologia autoctone salientada pola sua maior romanizaçom, islamizaçom e moçarabizaçom, em soma, por umha idiossincrasia mais mediterrânea. Assim, a nossa proposta seria a dum ente político Bi-nacional galaico-lusitano que poderíamos chamar **Portugaliza** conformado pola Galiza e pola Lusitânia ocidental, ambas com direito de autodeterminaçom numha unidade confederada ao estilo suíço ou seguindo o modelo belga onde cada território desenvolveria livremente a sua personalidade com total independência interna sob umha unidade superior portugalega integrada numha Europa unida da qual faria parte de facto e de direito.

DEUS FRATRESQUE GALLAECIAE